



XVI Fórum Ministerial
para o Desenvolvimento na
América Latina e no Caribe

BRIDGETOWN, BARBADOS
30-31 Out - 1 Nov 2024



Declaração de Bridgetown

XVI Fórum Ministerial para o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe

30-31 de outubro e 1 de novembro de 2024. Bridgetown, Barbados

As e os Ministros responsáveis pelas áreas social, econômica e ambiental dos países da América Latina e do Caribe se reuniram em Bridgetown, Barbados, de 30 de outubro a 1º de novembro de 2024, para o XVI Fórum Ministerial para o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe, convocado sob o tema "**Resiliência em Ação: Políticas Sociais para Superar a Incerteza**", organizado conjuntamente pelo Governo de Barbados, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Reunidos com o propósito de compartilhar experiências, fomentar a colaboração e discutir estratégias para fortalecer políticas sociais, econômicas e ambientais, reafirmamos nosso compromisso de promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável em toda a região, especialmente à luz dos desafios atuais impostos pela instabilidade econômica, mudanças climáticas e desigualdade social.

Reconhecendo o seguinte:

- Os desafios socioeconômicos e ambientais significativos enfrentados por nossa região, caracterizados por desigualdades persistentes e alta vulnerabilidade entre grandes segmentos da população. A pandemia da COVID-19 expôs ainda mais as limitações em nossos sistemas de proteção social, ressaltando a necessidade urgente de estruturas abrangentes que possam suportar várias crises.
- Que a região é fortemente impactada pela crise climática, o que está dificultando os ganhos de desenvolvimento social e, portanto, reforçando a necessidade de integrar o enfoque de resiliência aos sistemas de proteção social.
- As atuais tensões geopolíticas e a instabilidade econômica que ameaçam a estabilidade de nossas nações, exacerbando as vulnerabilidades existentes e desafiando nossos esforços coletivos para alcançar o desenvolvimento sustentável.
- O uso unilateral de medidas econômicas, financeiras e comerciais dificulta e limita o desenvolvimento e a inter-relação de nossos países e impacta negativamente o bem-estar de nossas populações.
- A necessidade de alinhar nossas políticas públicas com prioridades de desenvolvimento, enfatizando o compromisso de “não deixar ninguém para trás” à medida que avançamos em direção a um futuro mais equitativo. Isso requer não apenas políticas sociais robustas, mas também mecanismos de financiamento inovadores que possam dar suporte ao crescimento inclusivo.
- O reconhecimento de que a recuperação econômica da região deve ser inclusiva, sustentável e transformadora, com foco em aumentar a produtividade, promover oportunidades de trabalho decente, garantir a segurança alimentar e nutricional e reduzir a pobreza em todas as suas dimensões. Precisamos promover um ambiente que incentive a resiliência econômica, especialmente para aqueles que são mais vulneráveis.



- O imperativo de aumentar a inclusão digital e a inovação como ferramentas para o avanço social e econômico. O acesso à tecnologia e aos serviços digitais deve ser equitativo e justo, garantindo que comunidades marginalizadas possam se beneficiar dos avanços e oportunidades fornecidos pela economia digital.
- A diversidade cultural da nossa região, como um bem valorizado, promovido e protegido, e um pilar do desenvolvimento humano sustentável e uma oportunidade que permite estabelecer relações harmoniosas e respeitadas entre comunidades, sendo um potencial para enfrentar a exclusão e a discriminação.

Sobre a Proteção Social

1. Reconhecemos a necessidade crítica de aprimorar sistemas de proteção social adaptativos que possam responder efetivamente às vulnerabilidades enfrentadas por nossas populações, particularmente à luz dos desafios exacerbados pela pandemia da COVID-19, crises climáticas em andamento, mudanças demográficas, estagnação do crescimento e conflitos geopolíticos. Nosso compromisso é desenvolver estruturas de proteção social inclusivas que não apenas forneçam assistência imediata durante emergências, mas também promovam resiliência e empoderamento de longo prazo da população.
2. Reconhecemos que os sistemas de proteção social devem ser projetados para serem inclusivos e acessíveis a todos os segmentos da sociedade, particularmente para trabalhadores informais, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas, moradores de rua, migrantes e refugiados e outros grupos vulneráveis que frequentemente enfrentam barreiras sistêmicas. A importância de integrar abordagens sensíveis ao gênero em nossas políticas de proteção social é primordial, garantindo que as mulheres tenham acesso igualitário a recursos e apoio. Exploraremos estratégias para dismantlar as barreiras, onde elas existem, que impedem que grupos vulneráveis se beneficiem totalmente dos benefícios dos programas de proteção social.
3. Reconhecemos que combater a fome é essencial para erradicar efetivamente a desigualdade social. Ao abordar a pobreza, é imperativo que a alimentação se torne central em nossas políticas, uma vez que a falta de acesso a alimentos nutritivos perpetua ciclos de pobreza e exclusão. Entendemos que a proteção social deve promover a segurança alimentar e nutricional da população; esses elementos são essenciais para alcançar o bem-estar abrangente. Promover a equidade social também implica garantir que cada indivíduo tenha os recursos necessários para satisfazer sua necessidade básica de alimentação. Um compromisso com a inclusão socioeconômica é necessário para erradicar a fome e alcançar a justiça social, onde todos tenham a oportunidade de prosperar e viver com dignidade.
4. Comprometemo-nos a implementar práticas orçamentárias sensíveis ao gênero que abordem as necessidades específicas das mulheres e promovam sua autonomia e empoderamento econômico. Isso inclui promover políticas e sistemas nacionais de Cuidados e Suporte, bem como garantir que as redes de segurança social sejam projetadas para apoiar o papel das mulheres como cuidadoras e que elas recebam recursos adequados para melhorar seus meios de subsistência e bem-estar. Ao priorizar a igualdade de gênero em nossas políticas sociais, buscamos reduzir as disparidades que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres e promover uma sociedade mais equitativa.



5. Enfatizamos a necessidade de integrar a redução de risco de desastres e a adaptação às mudanças climáticas em sistemas de proteção social. Isso envolve a criação de mecanismos e instrumentos que não apenas forneçam alívio imediato durante crises, mas também capacitem comunidades a se adaptarem a mudanças ambientais de longo prazo. Promoveremos iniciativas que vinculem a proteção social com a redução de risco de desastres e medidas de resiliência climática, garantindo que as populações mais vulneráveis estejam equipadas para suportar choques futuros.
6. Reconhecemos que o sucesso dos sistemas de proteção social depende da participação ativa de todas as partes interessadas, incluindo governos locais, sociedade civil, organizações religiosas e o setor privado. Promoveremos abordagens colaborativas que incentivem a propriedade comunitária de iniciativas de proteção social, garantindo que os programas sejam responsivos às necessidades e contextos específicos das populações que atendem.
7. Exploraremos o uso de tecnologias digitais para aumentar a eficiência e a acessibilidade de programas de proteção social. A implementação de sistemas de identificação digital e plataformas móveis pode melhorar a segmentação e a prestação de serviços, garantindo que a assistência chegue àqueles que mais precisam.
8. Promovemos o desenvolvimento de uma cultura de pesquisa e desenvolvimento de políticas baseadas em evidências, ao mesmo tempo em que lutamos contra a cultura da desinformação, que também é um reflexo da desigualdade.
9. Estamos cientes de que os países da região estão se tornando sociedades envelhecidas com as implicações de crescentes encargos para as famílias e o orçamento do estado e a necessidade de desenvolver políticas para abordar esse fenômeno. Destacamos o potencial de criar Políticas e Sistemas Nacionais de Apoio e Cuidados para promover o bem-estar social, bem como impulsionar o desenvolvimento econômico e social de nossas nações em um contexto global de envelhecimento e crise de cuidados.

Sobre o uso da inovação e da tecnologia

10. Reconhecemos o potencial transformador da inovação e da tecnologia digital como ferramentas essenciais para aumentar a resiliência e a inclusão em nossa região. Ao reconhecer que a transição digital apresenta oportunidades e desafios, nos comprometemos a aproveitar a tecnologia para fortalecer políticas sociais, melhorar a prestação de serviços e promover o crescimento econômico, sem negligenciar o respeito pelas culturas e valores de diferentes sociedades, especialmente as indígenas e tradicionais.
11. Enfatizamos a importância de garantir que a transformação digital seja desenhada para ser inclusiva, visando reduzir a exclusão digital que existe entre vários grupos socioeconômicos. Priorizaremos esforços para melhorar o acesso a tecnologias digitais para comunidades marginalizadas, incluindo populações rurais e famílias de baixa renda. Isso inclui investir na infraestrutura necessária e em programas de treinamento que capacitem indivíduos ao fornecer as habilidades necessárias para participar totalmente da economia digital.
12. Comprometemo-nos a alavancar tecnologias inovadoras para melhorar a eficiência e eficácia da prestação de serviços públicos. Ao adotar soluções digitais, como plataformas de governança



eletrônica, aplicativos móveis e análise de dados, pretendemos agilizar processos, aumentar a transparência e a eficiência e melhorar o engajamento do cidadão. Esses esforços ajudarão a garantir que os serviços sociais sejam mais responsivos às necessidades da população, principalmente em tempos de crise.

13. Reconhecemos que fomentar uma cultura de inovação requer colaboração entre todos os setores da sociedade. Incentivaremos parcerias entre governos, laboratórios de inovação, atores do setor privado, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil para promover pesquisa, desenvolvimento e disseminação de soluções inovadoras. Ao trabalharmos juntos, podemos identificar e implementar as melhores práticas que alavancam a tecnologia para abordar desafios sociais, econômicos e ambientais urgentes.
14. À medida que abraçamos os avanços tecnológicos, também devemos priorizar a proteção dos dados e da privacidade dos indivíduos à medida que abraçamos os avanços tecnológicos. Trabalharemos para estabelecer estruturas regulatórias robustas que garantam o gerenciamento responsável de dados e a segurança cibernética, ao mesmo tempo em que promovemos um ambiente que incentiva a inovação. A salvaguarda dos direitos dos cidadãos no espaço digital é essencial para construir confiança em iniciativas impulsionadas pela tecnologia.
15. Exploraremos o papel da tecnologia no aumento da resiliência climática em toda a região. Ao alavancar abordagens baseadas em dados e ferramentas digitais, podemos prever e responder melhor a eventos relacionados ao clima, minimizando, em última análise, seu impacto em comunidades vulneráveis. Iniciativas como agricultura inteligente em relação ao clima e sistemas de monitoramento digital podem capacitar comunidades a se adaptarem às mudanças nas condições ambientais. Lembramos que as mudanças climáticas afetam não apenas a produtividade, mas também a sobrevivência de pequenos produtores rurais, razão pela qual eles devem ser considerados entre os grupos prioritários neste processo de inclusão e desenvolvimento tecnológico.

Sobre o Financiamento do Desenvolvimento

16. Reconhecemos que o financiamento sustentável é crucial para atingir as metas de desenvolvimento delineadas na Agenda 2030, particularmente no contexto dos desafios econômicos enfrentados por nossa região. À medida que nos esforçamos para construir resiliência contra choques futuros, nos comprometemos a explorar mecanismos de financiamento inovadores e inclusivos que se alinhem com as prioridades nacionais de desenvolvimento.
17. Apoiamos o apelo para que maiores recursos financeiros sejam alocados para ação climática, resiliência e proteção social adaptativa, levando em consideração que a região é afetada por choques maiores e mais profundos. Reiteramos a importância de uma combinação de políticas que consiste em mecanismos fiscais, de mercado e regulatórios, que podem incluir, conforme apropriado, o uso de mecanismos de precificação e não precificação de carbono e incentivos para neutralidade de carbono e zero líquido.
18. Enfatizamos a necessidade de reestruturar nossas políticas fiscais para garantir que elas apoiem o desenvolvimento sustentável. Isso inclui alinhar os sistemas tributários e fortalecer os esforços nacionais para implementar efetivamente a tributação progressiva. As alocações orçamentárias devem



ser alinhadas com as prioridades nacionais de desenvolvimento, priorizando investimentos em saúde, educação, sistemas de assistência e sustentabilidade ambiental. Ao criar estruturas fiscais que respondam às necessidades imediatas e às metas de desenvolvimento de longo prazo, podemos melhorar nossa capacidade de navegar pelas incertezas.

19. Comprometemo-nos a melhorar a mobilização de recursos domésticos como base para o financiamento do desenvolvimento sustentável. Isso envolve aumentar a eficiência da arrecadação de impostos, ampliar a base tributária e implementar reformas tributárias progressivas que abordem as desigualdades, promovendo a distribuição de renda e riqueza. Reconhecemos a importância de combater a evasão e a elisão fiscais por todos os contribuintes. Para atingir esse propósito, reconhecemos que é importante avançar em direção à cooperação tributária internacional sobre tributação progressiva.
20. Buscaremos ativamente fortalecer parcerias público-privadas como um meio de gerar oportunidades de emprego e renda, bem como mobilizar investimentos para infraestrutura crítica e serviços sociais. Ao criar ambientes favoráveis para o engajamento do setor privado, podemos alavancar capital privado para apoiar iniciativas de desenvolvimento que abordem os desafios econômicos, sociais e ambientais mais urgentes.
21. Comprometemo-nos a explorar o uso de instrumentos de financiamento inovadores, como títulos verdes, empréstimos vinculados à sustentabilidade e instrumentos de dívida contingente ao estado. Essas ferramentas podem fornecer opções de financiamento flexíveis que se alinham com os objetivos de resiliência climática e equidade social. Ao diversificar nossas fontes de financiamento, inclusive por meio de propostas como as contidas na Bridgetown Initiative, podemos aumentar nossa capacidade de responder a emergências e investir em desenvolvimento de longo prazo.
22. Reconhecemos que o financiamento para o desenvolvimento também deve priorizar a igualdade de gênero e a inclusão social. Trabalharemos para implementar práticas orçamentárias sensíveis ao gênero que garantam que recursos adequados sejam alocados para reconhecer e garantir autonomia às mulheres e comunidades marginalizadas. Ao abordar as necessidades específicas desses grupos, podemos aumentar a coesão social geral e a resiliência econômica.
23. Reconhecemos a importância da cooperação regional na mobilização de financiamento e conhecimento para o desenvolvimento. Ao compartilhar as melhores práticas e colaborar em estratégias de financiamento, podemos abordar coletivamente desafios comuns e maximizar o impacto de nossos investimentos. Isso inclui promover parcerias com instituições financeiras internacionais para garantir que o apoio às iniciativas de desenvolvimento seja obtido sem discriminação entre os países.

Fechamento

24. Reconhecemos as contribuições substantivas do PNUD e da CEPAL, que contribuíram para o desenvolvimento bem-sucedido do trabalho do Fórum e instamos ambas as organizações a continuar fortalecendo o Fórum como um espaço de intercâmbio, boas práticas e construção coletiva na área social para o alcance da Agenda 2030 e seus ODS na região.



XVI Fórum Ministerial
para o Desenvolvimento na
América Latina e no Caribe

BRIDGETOWN, BARBADOS
30-31 Out - 1 Nov 2024



25. Ressaltamos a necessidade de promover maiores iniciativas de cooperação regional entre os diferentes atores do desenvolvimento, bem como de recursos para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
26. Instamos o PNUD a continuar apoiando ativamente os países na promoção de suas prioridades de desenvolvimento, dentro de seu mandato, em coordenação com as autoridades nacionais competentes e com a participação de atores relevantes.
27. Agradecemos ao Governo da República Federativa do Brasil por aceitar o mandato de realizar a VI Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe da CEPAL e o XVII Fórum Ministerial para o Desenvolvimento da América Latina e do Caribe em 2025.

Por fim, gostaríamos de agradecer ao Governo de Barbados por sua generosa hospitalidade e esforços na coordenação e preparação do Fórum, e ao PNUD e à CEPAL por sua inestimável contribuição na organização deste evento.

Assinado pelos Ministérios responsáveis pelas áreas social, econômica e ambiental da América Latina e do Caribe, em Bridgetown, Barbados, em 1º de novembro de 2024.